

Orçamento-problema

18 MAR 1992

Sempre se subestimaram no Brasil as receitas orçamentárias, o que permitia superar os gastos previstos.

Agora, neste exercício, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, enfrenta sério problema ao verificar que a arrecadação está muito aquém da calculada, o que o leva a procurar, por todos os meios, limitar os gastos ao montante das receitas, partindo do princípio do orçamento familiar, segundo o qual ninguém pode gastar mais do que ganha.

Diversos fatores explicam a queda das receitas.

O mais importante se relaciona, certamente, com o Fundo de Investimento Social (Finsocial), que, por questões judiciais, vem sofrendo grande atraso, dificilmente recuperável.

Outro diz respeito à correção monetária dos balanços das empresas, o que deverá, no novo sistema, representar um declínio da receita do Imposto de Renda pago pelas pessoas jurídicas.

A recessão completou o quadro de dificuldade, mas, pelo menos, existe a esperança de uma recuperação.

Do lado das despesas surge um fator de aumento ligado ao que se chama de "armadilha das taxas de juro". Hoje, o Banco Central emite títulos da dívida pública não para cobrir o déficit do Tesouro Nacional, mas para enxugar a liquidez excessiva decorrente da entrada de divisas e da liberação dos cruzados novos. Tais emissões, altas, exigem em consequência altas taxas de juro, tendo, além disso, o serviço da dívida agravado os gastos.

O ministro Marcílio Marques Moreira persiste na sua intenção de não gastar o que não existe. Tem obtido bons resultados até agora, mas se vê na obrigação de conseguir um adiantamento das receitas para conseguir fechar o trimestre. Pensa, por essa razão, em antecipar o recolhimento do Imposto de Renda das empresas estatais com vistas a tal fechamento, de acordo com os compromissos assumidos com o Fundo Monetário Internacional.

Trata-se, certamente, de uma jogada audaciosa, dependente da obtenção, no futuro, de uma ampliação das receitas.

ESTADO DE SÃO PAULO